

ARES B

ABRIL - 2011 - EDIÇÃO 134

GOVERNOS ESTADUAIS ESTUDAM CRIAR CÓDIGOS FLORESTAIS PRÓPRIO

Com receio de que a votação do Código Florestal no Congresso emperre, governadores - pressionados por produtores rurais - estudam criar códigos florestais estaduais, a exemplo do que já existe em Santa Catarina e em Minas.

A Constituição Federal permite que os Estados legislem sobre o tema desde que não sejam mais permissivos que as leis federais. Caso contrário, a lei pode ser considerada inconstitucional.

No Paraná, o governador Beto Richa (PSDB) assumiu o compromisso de articular uma lei florestal estadual caso não haja logo definição sobre o tema no Congresso.

A Federação da Agricultura do Estado, favorável à iniciativa, quer

levar uma proposta para o governo estadual até o fim do mês.

Para especialistas ouvidos pela Folha, a criação de códigos estaduais neste momento é uma forma de pressão política para que a lei federal "que atende a pleitos do setor do agronegócio" seja definida em breve.

"Se começarem a pipocar leis estaduais, vai haver uma insegurança jurídica muito ruim", diz o professor de direito ambiental da PUC-PR, Vladimir Passos de Freitas.

Em Goiás, um grupo de estudos formado em 2009 pelo governo estadual já elaborou a minuta de um novo código.

O texto inclui tópicos ainda em discussão no Congresso, como a inclusão de Áreas de

Preservação Permanente no cálculo da reserva legal das fazendas uma das propostas do deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP) que enfrenta resistência.

O secretário do Meio Ambiente de Goiás, Leonardo Vilela, porém, diz que não há nada fechado e que o texto ainda será debatido. A expectativa é que uma nova lei seja aprovada até setembro. MT, RS e RO também discutem rever suas legislações.

Em MT, deve ser promulgado pelo governador Silval Barbosa (PMDB) um projeto de zoneamento ambiental.

A idéia é que a lei norteie a produção agrícola estadual enquanto o Código Florestal nacional não for aprovado, diz o presidente da Federação da Agri-

cultura e Pecuária do Estado, Rui Prado.

Já no Rio Grande do Sul e em Rondônia, a revisão das leis estaduais foi postergada para depois da aprovação do Código Florestal nacional.

Na Assembléia gaúcha, já tramitam duas propostas de alteração do código estadual, de 1992, com a intenção principal de preservar lavouras de uva, maçã e fumo que ficam em área de encosta.

Em Rondônia, o governo formou um grupo de estudo para rever a legislação atual. Procurado, o Ministério do Meio Ambiente não se manifestou sobre o assunto.

* Fonte: **Folha.com**, adaptado por **Painel Florestal**

BENEFÍCIOS DE UM NOVO CÓDIGO FLORESTAL

O objetivo mais ambicioso de qualquer negociação é chegar a resultados que beneficie todas as partes envolvidas, o que se costuma chamar de ganha-ganha. A reforma do Código Florestal representa um caso típico de negociação de interesses envolvendo produtores, ambientalistas, cientistas e toda a sociedade.

Tal reforma precisa equilibrar a conservação ambiental e a produção de alimentos, demandas legítimas da sociedade, e acabar de vez com a insegurança jurídica oriunda das várias modificações que o Código sofreu ao longo do tempo.

O momento atual é único no sentido de criar uma nova lei que incentive a regularização ambiental via recomposição de áreas de preservação permanente (APPs) e a compensação da reserva legal por meio de enorme mercado florestal.

Dados de um estudo do pro-

fessor Gerd Sparovek (Esalq/USP) apontam um passivo mínimo de APPs hídricas de 43 milhões de hectares. Imaginar essa área recuperada em 20 anos não significa pensar apenas na legalização dos produtores, mas também impõe contabilizar o valor da proteção dos rios, o incremento da biodiversidade e de estoques de carbono.

Em relação à reserva legal, os dados apontam para um déficit de 42 milhões de hectares; nesse ponto, concentra-se o maior ganho que o novo Código poderá acarretar: criar mecanismos de compensação no mesmo bioma, que incentivem a proteção de áreas prioritárias para a conservação e para a formação de corredores ecológicos.

Além de fomentar a regularização, a compensação dará valor às áreas com vegetação nativa, grande falha da legislação atual. Estima-se que a compen-

sação dessas áreas poderá gerar reduções de emissão de gases de efeito estufa de, pelo menos, 9,5 bilhões de CO2 equivalente. Vale lembrar que a meta brasileira de redução do desmatamento prevê reduzir 668 milhões de toneladas de CO2 equivalente até o ano de 2020.

Além disso, é preciso incentivar a recomposição de áreas degradadas ou de baixa aptidão agrícola. Não tem sentido manter áreas improdutivas abertas quando há uma demanda por áreas com florestas. O ponto é criar essa demanda e transformar florestas em ativos.

Se a reforma do Código Florestal seguir essa linha, o Brasil não só cumprirá seus compromissos de redução de emissões na Convenção do Clima, mas seguramente conseguirá bater a meta de 17% de cada bioma protegido em áreas relevantes, acordada na Conven-

ção sobre Diversidade Biológica, em 2010.

A reforma inteligente do Código conseguirá inverter a lógica que motiva o desmatamento, pois enquanto a floresta em pé e os serviços que ela presta não tiverem valor, será realmente difícil se apropriar desses ativos.

Nesse sentido, é possível contar com a recuperação de milhões de hectares de APPs e a compensação da reserva legal, criando o maior programa ambiental do mundo, perfeitamente integrado à produção agrícola e construído por todos os atores interessados. Com isso, a sociedade brasileira criará um grande caso de negociação ganha-ganha.

* Fonte: **Painel Florestal**, escrito por: **Rodrigo C. A. Lima** é advogado e gerente-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE)

PARANÁ PRECISA AUMENTAR ÁREA PLANTADA EM 1,65 MI DE HECTARES EM UMA DÉCADA

As florestas plantadas no Paraná produzem, sustentavelmente, cerca de 30 milhões de m³ por ano, contra um consumo superior de madeira industrial e lenha de 34,8 milhões de m³/ano. Estudos recentes indicam déficit incremental a partir do ano 2010, com a conseqüente fuga de indústrias para outros Estados e a natural perda de empregos, renda e tributos para o Paraná. Para não perder participação no cenário nacional, o Estado teria de chegar a uma área de 1,65 milhões de hectares até o final da próxima década. A atual conjuntura preocupa o setor, um dos mais tradicionais no Paraná.

Dos 853 mil hectares do território paranaense, apenas 4,27% são ocupados por florestas plantadas. A maior parte fica com lavouras temporárias e permanentes (43%) e o restante dividido entre pecuária de corte e leiteira (25%) e conservação e preservação (23%). Mesmo assim, o Estado tem 12,7% da área nacional de florestas plantadas. Para o diretor executivo da Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal (APRE), Carlos Mendes, dada a baixa taxa de crescimento em área nos últimos cinco anos, que foi de 8% no período, a meta de aumento pode estar comprometida se não houver um novo ciclo de fomento setorial. "A produção de florestas plantadas traz segurança de mercado, pois o grande diferencial do nosso Estado é a existência de um parque industrial-florestal bem desenvolvido", afirma Mendes. A Associação espera que ainda, este ano, as promessas de novos investimentos, linhas de crédito e valorização do segmento comecem a ser colocadas em prática.

Investimentos

O governador Beto Richa propôs no seu plano de governo a ex-

pansão da base florestal-industrial no Estado. O compromisso é de que seja desenhado um novo planejamento estratégico do setor florestal, com a definição de regiões prioritárias para o programa, o estímulo à inovação e à difusão tecnológica e a elaboração de uma política de marketing para produtos florestais. Segundo a APRE, o empresariado aguarda ansioso pela implantação desse programa.

Já o governo brasileiro anunciou que pretende aumentar a área de florestas plantadas do país para nove milhões de hectares até 2020. Hoje a área total é de seis milhões de hectares. Como forma de incentivar esse incremento, algumas linhas de crédito e financiamento estão sendo oferecidas para o plantio de florestas.

Uma das formas de atingir a meta proposta para o país é incentivar o pequeno produtor. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por exemplo, estimula o plantio de florestas para promover o aumento da renda do agricultor e a sustentabilidade. A principal linha de financiamento que atende ao setor é o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Profflora), com recursos de R\$ 150 milhões nesta safra. Com esses recursos, o agricultor poderá produzir floresta comercial de forma direta ou integrada a outros sistemas de produção sustentáveis.

Os produtores do setor de florestas comerciais também podem contar com o Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa). Nesta safra, o Produsa dispõe de R\$ 1 bilhão e financia a implementação da Integração Lavoura-Pecuária-Floresta. A técnica é uma das vertentes da chamada "agricultura verde", que alia aumento da produtividade na fazenda e conservação do meio ambiente. O sistema combina atividades

agrícolas realizadas com base no plantio direto na palha, promovendo a recuperação de pastagens em degradação.

No Paraná, o Programa de Fomento Florestal da Emater, criado em 1987, incentiva o cultivo de árvores para colheita, também com foco na integração da floresta aos demais sistemas de produção. Fazem parte desse programa o plantio de pinus, eucalipto, seringueiras, erva-mate e bracinga.

De acordo com o coordenador estadual de cultivos florestais da Emater, Anízio Menarin, o plantio é feito em propriedades particulares de pequeno e médio porte que se enquadram nas linhas do Pro-

naf, com 50 a 60 hectares em média. Em 2010, foram plantados cinco mil hectares e cerca de mil famílias foram beneficiadas por meio do convênio da Emater com empresas como Klabin, Iguazu Celulose, Berneck, Araupel. "Esse convênio garante a comercialização dos produtos das propriedades familiares para a produção de celulose. Nas áreas que fazem parte desse convênio, o cultivo é aliado com a pastagem, o que traz vantagens para as duas explorações, já que favorece um melhor clima para o gado", afirma o coordenador.

* Fonte: Interact Comunicação

ECONOMIA

VALORES MÉDIO DE MERCADO

Nº PRODUTOS	UNIDADE	VALOR R\$
1 ÁCIDO SULFÚRICO 98%	KG.	R\$ 1,50
2 ALMOTOLIA 500 ml	UNID.	R\$ 2,60
3 ARAME 14 GALV	KG.	R\$ 7,94
4 ARAME 20 GALV	KG.	R\$ 16,65
5 ARAME 22 GALV.	KG.	R\$ 14,55
6 AVENTAL DE FRENTE SEGURANÇA	UNID.	R\$ 13,18
7 BICOS DE AÇO P/ ALMOTOLIA	UNID.	R\$ 2,50
8 BOTA DE BORRACHA	PAR.	R\$ 29,60
9 BOTOJÃO TÉRMICO	UNID.	R\$ 15,00
10 BOTINA DE SEGURANÇA C/BICO DE FERRO	PAR.	R\$ 39,50
11 CAPA DE CHUVA COM CAPUZ	UNID.	R\$ 21,00
12 COLETA	TON.	R\$ 8,32
13 CONFECÇÃO DE SAQUINHOS	MIL.	R\$ 20,00
14 ESTRIA RETA	MIL.	R\$ 18,18
15 ESTRIA V	MIL.	R\$ 19,84
16 ESTRIADOR	UNID.	R\$ 2,60
17 ESTRIADOR DE BICO	UNID.	R\$ 3,50
18 FARELO DE ARROZ	TON.	R\$ 497,80
19 GRAMPOS	CX.	R\$ 6,50
20 INSTALAÇÃO DE ÁRVORE COMPLETA	MIL.	R\$ 37,88
21 LIMA	UNID.	R\$ 9,50
22 LUVAS DE RASPA	PAR.	R\$ 6,88
23 MARMITA TÉRMICA REDONDA	UNID.	R\$ 8,90
24 ÓCULOS DE SEGURANÇA	UNID.	R\$ 8,50
25 PASTA ESTIMULANTE 24% C/ETHREL	KG.	R\$ 2,80
26 PASTA ESTIMULANTE 24% S/ETHREL	KG.	R\$ 1,50
27 PERNEIRA EM COURO SINTÉTICO	PAR.	R\$ 10,50
28 RASPA DE TRONCO	MIL.	R\$ 29,74
29 RASPADORES	UNID.	R\$ 5,50
30 RESINA ELLIOTTII FOT-FAZENDA ABRIL/2011	TON.	R\$ 3.331,33
31 RESINA TROPICAL FOT-FAZENDA ABRIL/2011	TON.	R\$ 2.906,00
32 SACÃO PLÁSTICO 100x1,50x0,18	MIL.	R\$ 1.755,00
33 SAQUINHOS 35x25x0,20	MIL.	R\$ 128,00
34 TRANSPORTE (até 50 km)	TON.	R\$ 29,79
35 TRANSPORTE (de 51 à 150 km)	TON.	R\$ 38,96
36 TRANSPORTE (de 151 à 250 km)	TON.	R\$ 55,01
37 TRANSPORTE (de 251 a 1000 Km)	R\$/KM	R\$ 2,36
38 TRANSPORTE (de 1001 a 1500 Km)	R\$/KM	R\$ 2,22

EXPEDIENTE

Publicação da ARESB - Associação dos Resinadores do Brasil

CONTATO - Rua Rio de Janeiro, 1985 - CEP 18701-200 - Avaré/SP - Brasil
Fone/ Fax: 0xx14 3732-3353 - E-mail: aresb@aresb.com.br - www.aresb.com.br

Presidente

Dante Villardi

1º Secretário

Paulo da Cunha Ribeiro

Secretária Administrativa

Bárbara Santana

barbara@aresb.com.br

2º Secretário

Silvano da Cunha Ribeiro

1º Tesoureiro

Eduardo Monterio Fagundes

2º Tesoureiro

Nercilio Justino Rodrigues

Diagramação - GP Publicidade e Propaganda

Fone (14) 9790-6757

Tiragem - 450 exemplares

Distribuição gratuita

Embalagens Plásticas



-Sacos para coleta de resina fabricados em material virgem, impressos e com proteção UV "excelente resistência e durabilidade"

-Sacos para tambores em material virgem ou reciclado, limpo ou impressos.

(14) 3236-1422

Zipax Indústria e Comércio de Embalagens Ltda.

Rua José Carlos de Carvalho, 4-17 - Jd. Solange - Bauru/SP - CEP 17.054-120
vendas@zipax.com.br